



Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social  
Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

## O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO A MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLEXÕES ACERCA DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE

POLIANA EINSFELD DA SILVA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta a discussão sobre as possibilidades de trabalho de assistentes sociais junto ao Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) de Porto Alegre, através da análise da organização da população em situação de rua no MNPR. Foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e empírica, com uso da técnica de documentação fotográfica. Apresenta de forma breve uma contextualização inicial acerca da população em situação de rua, seguida da exposição da relação do Serviço Social com os movimentos sociais. Por fim, serão elucidadas as principais possibilidades de trabalho do/a assistente social nesse campo.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Movimentos Sociais. População em Situação de Rua. Movimento Nacional da População de Rua.

**Abstract:** This paper presents the possibilities of the social workers' work with the Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) of Porto Alegre through the analysis of the organization of the homeless people in this movement. The analysis was developed through a bibliographical, documentary and empirical research that used the technique of photographic documentation. An initial contextualization about the homeless people will be presented, followed by explanation of the Social Work interface with social movements. Finally, it will be elucidated in this paper the possibilities of the social workers' work in this field.

**Keywords:** Social Work; Social movements; Homeless people; Movimento Nacional da População de Rua.

### 1 INTRODUÇÃO

As reflexões expostas no presente trabalho são fruto da pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul localizada em Porto Alegre/RS. O interesse pela temática do trabalho surgiu a partir da experiência do projeto de intervenção planejado e executado ao longo do Estágio Curricular Obrigatório realizado no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop I) do município de Porto Alegre.

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <polieinsfeld@gmail.com>.

O projeto de intervenção realizado no estágio, intitulado “O protagonismo da população em situação de rua para além do Centro Pop I: aproximação com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)”, teve como objetivo geral fortalecer a autonomia e a mobilização coletiva dos usuários do Centro Pop I, tendo em vista a participação dos mesmos no MNPR de Porto Alegre. A execução do projeto de intervenção evidenciou a importância da atuação do Serviço Social junto a movimentos sociais, uma vez que o MNPR se mostrou enquanto um potente recurso para fortalecer a autonomia e a mobilização coletiva da população em situação de rua.

Assim sendo, os resultados do Estágio levaram à realização da pesquisa que orienta o trabalho, a qual tem como problema o seguinte questionamento: “quais repercussões a organização do MNPR de Porto Alegre produz para o Serviço Social enquanto possibilidades de trabalho junto a movimentos sociais?”. Para responder a essa pergunta, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a organização da população em situação de rua no MNPR de Porto Alegre, a fim de identificar as possibilidades de trabalho do assistente social junto a movimentos sociais. Para obter os resultados, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, articulada à documental e à empírica, com abordagem qualitativa e de caráter exploratório. A análise dos dados bibliográficos e documentais foi feita a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1994), baseada em categorias analíticas, como “população em situação de rua”, “movimentos sociais” e “Serviço Social”.

Já a pesquisa empírica<sup>2</sup> teve como técnica a observação participante (MINAYO, 2009) e a produção de documentação fotográfica (GURAN, 2012) com os militantes do MNPR de Porto Alegre. Os critérios para a inclusão dos sujeitos pesquisados foram possuir trajetória de militância no MNPR e estar ou ter estado em situação de rua nos últimos 12 meses. A produção de documentação fotográfica ocorreu através de quatro encontros com os militantes do MNPR, os quais foram guiados por um roteiro semiestruturado de orientação da observação. Os encontros dividiram-se em dois principais eixos: a realidade da rua e a organização e a participação no MNPR. Nesses encontros foram produzidas imagens que representavam as questões centrais de cada eixo. As fotografias foram elaboradas pelos militantes do MNPR, que apontaram o que deveria ser fotografado, e coube à pesquisadora apenas o seu registro. Dessa forma, as imagens produzidas na pesquisa são de natureza *êmica*, pois apresentam a representação que os sujeitos da pesquisa têm de si próprios (GURAN, 2012). Todas as fotografias produzidas na pesquisa foram

---

<sup>2</sup>Que foi submetida à análise e aprovação pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, resguardou todos os preceitos ético para investigação na área das ciências sociais e humanas.

entregues<sup>3</sup> ao MNPR de forma a contribuir com a sua organização.

No presente trabalho serão apresentados, de forma sintética, alguns dentre os vários achados da pesquisa, os quais foram divididos em três seções: a primeira compreende a conceituação acerca da população em situação de rua e sua inserção no modo de produção capitalista; a segunda busca apresentar o Movimento Nacional da População de Rua e, por fim, a terceira seção visa abordar as possibilidades de trabalho de assistentes sociais junto ao MNPR de Porto Alegre.

## **2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A QUESTÃO SOCIAL**

De acordo com o Decreto nº 7053 (BRASIL, 2009), em seu artigo primeiro, parágrafo único, a população em situação de rua pode ser entendida como um

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Historicamente o surgimento da situação de rua relaciona-se ao processo de gênese do capitalismo, denominado por Marx (2013) de acumulação primitiva. Esse processo, iniciado na Europa no século XVIII, compreendeu a expropriação de terras dos produtores rurais e dos camponeses, e a expulsão dos trabalhadores rurais de tais terras, compelindo-os a vender a única mercadoria que lhes restou, a sua força de trabalho (SILVA, 2009). Esses trabalhadores, com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional, migraram das zonas rurais para as zonas urbanas e foram jogados à margem da sociedade por estarem excluídos do desenvolvimento e do acesso a bens e serviços. A não incorporação dessa força de trabalho disponível na sociedade pela produção capitalista gerou uma massa de trabalhadores excedentes, a denominada superpopulação relativa, expressa no pauperismo (MARX, 2013).

Desse modo, é possível afirmar que as condições histórico-estruturais que originaram a população em situação de rua têm como base a expropriação dos produtores rurais e camponeses e sua transformação em assalariados, no contexto da acumulação primitiva e do surgimento dos grandes centros urbanos. Compreende-se, portanto, que essas condições que deram origem e reproduzem continuamente a população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que deram origem ao capitalismo, que geraram a acumulação primitiva de

---

<sup>3</sup> A entrega ocorreu por meio da disponibilização do arquivo digital das imagens, além das fotos impressas, de um banner e de um fotolivro.

capital e que asseguram a crescente e contínua acumulação de capital (SILVA, 2009).

Nesse sentido, a situação de rua pode ser entendida como uma expressão da questão social, tendo em vista que esta “é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho” (SILVA, 2009, p. 27). Ademais, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, características que definem a população em situação de rua, também são expressões da questão social vivenciadas por esses sujeitos. Ainda se somam a isso o desemprego, a violência, a dependência química, o preconceito e o estigma, e tantas outras expressões da questão social presentes na realidade da rua, as quais fazem com que o fato de viver nesse ambiente seja algo muito cruel. Nessa mesma perspectiva, A. S., definiu viver na rua como “horrrível”. A. A. corroborou essa ideia ao escolher a palavra “sofrimento” para definir o que é a rua.



Fotografia 1 A dura e invisível realidade da rua. Fonte: a autora (2018).

O/a assistente social atua junto à população em situação de rua, intervindo nessas e em outras expressões da questão social presentes em sua realidade. Tais manifestações da questão social são definidas enquanto objeto de intervenção profissional (IAMAMOTO, 2004) conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS-CEDEPS, 1996).

Contudo, as expressões da questão social presentes na realidade na população em situação de rua possuem caráter contraditório, pois caracterizam o movimento dialético da realidade. Por um lado, expressam as desigualdades

advindas da contradição capital e trabalho; por outro, manifestam-se através da luta e resistência dessa população, tendo em vista que esse “processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 17). Nesse sentido, é preciso relembrar que questão social é também resistência e se manifesta nas diferentes formas de organização da classe trabalhadora.

A população em situação de rua reage frente às desigualdades que vivencia e manifesta sua luta por meio de sua participação protagonista no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). E é nesse rico campo que o/a assistente social deve realizar seu trabalho tendo como objeto da intervenção profissional a organização e a mobilização coletiva da população em situação de rua.

### **3 O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA**

Desde 1960 já havia iniciativas de organizações em algumas cidades brasileiras da população em situação de rua, que resultaram nas primeiras associações e cooperativas de catadores as quais originaram, em 2001, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

A partir de então, parcerias foram se consolidando por meio de fóruns de debate, de manifestações públicas e de participações das pessoas em situação de rua nos Conselhos de Assistência Social e de Monitoramento. Em 2004, após o episódio da chacina da Praça de Sé, no qual quinze pessoas em situação de rua foram brutalmente agredidas, foi iniciada a mobilização para consolidar o atual Movimento Nacional da População de Rua. No 4º Festival Lixo e Cidadania, em 2005, foi lançado oficialmente o MNPR, que possui como bandeiras de luta o resgate da cidadania por meio de trabalho digno, a busca por moradia digna, atendimento à saúde e salários suficientes para o sustento para a população em situação de rua (MNPR, 2010).

O MNPR teve grande contribuição na implantação da Política Nacional da População em Situação de Rua no Brasil em 2009 e tem um papel atuante no monitoramento e avaliação desta política, dado que um dos seus principais objetivos é a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua (MNPR, 2010). Apesar de todas as violações de direitos que esta população sofre, o MNPR representa a sua capacidade de organização e mobilização coletiva, expressa como uma das suas formas de resistir a um contexto tão adverso.

Em Porto Alegre o MNPR surgiu a partir da necessidade de organização da população em situação de rua do município trazida pelos usuários nas assembleias da

Casa de Convivência. Os usuários passaram a chegar neste espaço machucados e afirmando que teriam sido agredidos por policiais, o que fez com que os trabalhadores da instituição apoiassem e incentivassem a mobilização coletiva dos usuários. A falta de efetividade e de legitimidade do espaço do Fórum da População Adulta em Situação de Rua, criado em 2004, como entidade representativa dessa população em Porto Alegre também contribuiu para a fundação, em 2009, do Movimento Aquarela das Pessoas em Situação de Rua - MAPR.

Com o tempo o MAPR enfraqueceu e foi retomado em junho de 2013 quando passou a se articular com movimentos nacionais de outros estados. A partir de então, o Movimento Aquarela passou a ser o MNPR, que, na época, realizava reuniões semanais na sede do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA). Por muito tempo o espaço das reuniões semanais do MNPR foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre e, atualmente, tem sido a nova sede do MNPR, localizada no Centro Histórico de Porto Alegre.



As reuniões do MNPR de Porto Alegre são a principal instância deliberativa de sua organização e são abertas ao público em geral. Nesse espaço as falas são abertas para todos os presentes na reunião, sendo necessário inscrever-se para falar, além de respeitar o tempo de fala de cada um. Também é realizada a ata de cada reunião em um livro de registros do MNPR.

O MNPR se define enquanto movimento popular de luta e sujeito coletivo histórico político, constituído por um “coletivo de pessoas com interesses comuns, que lutam contra a violação de seus direitos econômicos, sociais, civis e culturais” (MNPR, 2010). Em Porto Alegre esse coletivo de pessoas é composto por “apoiadores” ou “militantes”, termos utilizadas pelos próprios integrantes para diferenciar esses dois grupos. Os “militantes” são as pessoas “em situação” ou com “trajetória de rua” (que já viveram nas ruas em algum período de suas vidas, mas que no momento utilizam os espaços institucionais ou possuem casa própria); já os “apoiadores” são os sujeitos que apoiam a mobilização, como os profissionais da rede socioassistencial, dos órgãos jurídicos, das universidades e outros tantos atores que, por razões diversas, aproximam-se do MNPR (SILVA, 2017).

A luta travada pelos integrantes do MNPR de Porto Alegre já resultou em diversas conquistas para a população em situação de rua do município. Segundo F., militante antigo do MNPR, a luta contra o fechamento da Escola Porto Alegre (EPA)<sup>4</sup> e do Restaurante Popular<sup>5</sup>, além da reivindicação pela criação dos Consultórios na Rua<sup>6</sup> pelo MNPR no âmbito nacional, representam o que é o MNPR para ele. Em suas palavras, “se não tivesse o MNPR pra fazer essas coisas pra gente, não ia ter nada. Ninguém ia fazer pelo morador de rua”.

---

<sup>4</sup> A Escola Porto Alegre (EPA) exerce um importante papel junto à população de rua do município, pois há 20 anos possibilita o acesso dessas pessoas à educação por meio de métodos diferenciados de ensino que incluem a realização de oficinas de geração de renda e de artesanato adaptadas à realidade da rua

<sup>5</sup> O Restaurante Popular oferece refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade social pelo preço de R\$1. É administrado pelas secretarias Municipal de Direitos Humanos e Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul.

<sup>6</sup> As equipes do Consultório na Rua estão vinculadas à Política Nacional de Atenção Básica do SUS e foram criadas para atuar de forma itinerante no atendimento às pessoas em situação de rua, operando diretamente em seus territórios de fixação e/ou circulação.



Fotografia 3 Conquistas do MNPR: acesso à saúde, à educação e à alimentação para a população de rua. Fonte: a autora (2018).

Dentre as conquistas do MNPR merece destaque a Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares organizada por integrantes do MNPR em um terreno abandonado da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A ocupação teve início no dia 29 de março de 2018 e permanece até o presente momento (junho de 2018), tendo como principal objetivo a reivindicação de um espaço de moradia, de geração de renda, de cultura e de segurança para a população em situação de rua do município. Essa ocupação representa um momento histórico do MNPR de Porto Alegre e tem sido um expressivo exemplo de sua atuação política.

Ademais, a ocupação tem expressado a dimensão coletiva do MNPR, que se expressa na luta conjunta por moradia e também se torna visível nas demais tarefas do cotidiano. Os integrantes da ocupação têm vivido a coletividade ao extremo, pois, além de dividirem o seu espaço de moradia, dividem as roupas, as comidas, a luta. Nessa perspectiva, o MNPR se configura como um importante espaço de



fortalecimento de vínculos comunitários da população em situação de rua. A coletividade também se demonstra na horizontalidade presente na divisão de tarefas das atividades do MNPR como um todo, em que todos os integrantes são igualmente protagonistas, de forma a incentivar a sua autonomia. J., militante do MNPR, definiu o MNPR como o momento de refeição coletiva da ocupação. Para ele, o ato de cozinhar para todos da ocupação representa a coletividade presente nesse movimento.

Fotografia 4 Comida para todos. Fonte: a autora (2018).



#### **4 O SERVIÇO SOCIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: POSSIBILIDADES DE TRABALHO JUNTO AO MNPR**

Em sua trajetória histórica, o Serviço Social vem desenvolvendo processualmente uma relação estreita com os movimentos sociais, o que decorre da apreensão dos fundamentos ético-políticos que embasam o exercício profissional a partir de fins da década de 1970 e início de 1980. Neste contexto, o Serviço Social se reconhece como profissão que se propõe a incentivar a mobilização e a participação social da população usuária, seja na gestão e execução dos serviços (controle social), ou na sociedade de forma geral (manifestações, lutas e movimentos sociais).

Além disso, atuar junto aos movimentos sociais possibilita a materialização do Projeto Ético-político (PEP) do Serviço Social. A construção histórica do PEP foi marcada pelo engajamento político dos profissionais junto aos movimentos sociais democráticos da época, no contexto pós ditadura militar, o que levou ao processo de ruptura com o conservadorismo presente na categoria profissional. O projeto profissional, que reflete a renovação da profissão, passa então a ter uma direção

social vinculada aos interesses e lutas da classe trabalhadora (NETTO, 2006). Dessa forma, o projeto societário vinculado ao projeto profissional do Serviço Social, a partir da incorporação do projeto ético-político, constitui-se como um projeto coletivo de classe, defendendo os interesses da classe trabalhadora. Reflete a busca por uma sociedade igualitária, sem dominação nem exploração de nenhum ser humano sobre o outro (NETTO, 2006).

O principal instrumento normativo da profissão, a Lei de Regulamentação da Profissão - Lei nº 8.662 (BRASIL, 1993), reforça a relação da profissão com os movimentos sociais, ao instituir como uma competência profissional “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (CFESS, 2012, p. 45). Essa competência profissional se expressa em diferentes possibilidades de trabalho junto às organizações vinculadas aos interesses da classe trabalhadora, como o MNPR. Nessa perspectiva, é válido destacar que o trabalho do/a assistente social junto ao MNPR de Porto Alegre não pressupõe a sua contratação por esse movimento, mas, sim, diz respeito às estratégias e possibilidades de desenvolvimento da intervenção profissional de forma conjunta a essa organização da população em situação de rua. É a partir da compreensão de que o trabalho do/a assistente social não se limita somente à instituição ou a política pela qual foi contratado que se torna possível vislumbrar essas inúmeras outras possibilidades de trabalho junto a movimentos sociais.

A intervenção de assistentes sociais nesse campo pode ser dividida em duas principais modalidades, de atuação direta ou indireta com o MNPR.

1. *Atuação direta*: refere-se ao trabalho do/a assistente social diretamente no espaço do MNPR. Os principais sujeitos com que o/a assistente social trabalha são os militantes e apoiadores que compõem o MNPR no município de Porto Alegre.

2. *Atuação indireta*: compreende o trabalho do/a profissional que trabalha nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais de Porto Alegre, principalmente vinculados às políticas públicas como saúde e assistência social, e que dispõem como parcela ou totalidade da população usuária atendida a população de rua. Na atuação indireta, o principal sujeito é a população usuária das políticas em que o/a assistente social trabalha. Para facilitar a compreensão, serão enumeradas as possibilidades de trabalho do assistente social em cada uma das modalidades acima descritas, iniciando-se pela atuação direta, na qual o/a assistente social pode dispor em seu processo das seguintes estratégias:

## *1. Atuação direta*

### *1.1 Assessoria técnica e política*

Diz respeito à atuação político-organizativa do/a assistente social, que pode trabalhar com a mobilização social e com a organização dos militantes e apoiadores do MNPR de Porto Alegre, auxiliando na criação de mecanismos de resistência e de luta (CARDOSO e LOPES, 2009).

É preciso conceituar a assessoria como um instrumento de aproximação e acompanhamento de indivíduos ou grupos no enfrentamento de demandas que surgem na dinâmica das organizações (FERNANDES e MACIEL, 2009). Assim, a assessoria técnica e política junto ao MNPR de Porto Alegre visa ao atendimento de demandas específicas do coletivo, a fim de contribuir para o fortalecimento de sua organização.

Os principais passos metodológicos do trabalho do/a assistente social no âmbito da assessoria técnica e política ao MNPR são os seguintes: contato inicial com o MNPR para avaliar as demandas; análise das demandas a fim de compreender o que está por detrás do demandado inicialmente; definição do contrato de trabalho e de combinações acerca da operacionalização da assessoria; investigação diagnóstica e análise da dinâmica de organização do MNPR; operacionalização e construção de processos participativos; estabelecimento de metas e do planejamento da intervenção; implementação das práticas construídas; avaliação de resultados através de indicadores; devolução sistemática ao MNPR dos resultados da assessoria e acompanhamento das ações planejadas (FERNANDES e MACIEL, 2009).

### *1.2 Formação política*

Uma das principais contribuições do Serviço Social para os movimentos sociais é a possibilidade que os/as assistentes sociais têm de “contribuir para a formação política dos sujeitos sociais integrantes dos movimentos sociais urbanos e para o processo de formação da consciência, a partir da apreensão das contradições capital x trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora” (IASI, 2001 apud FARAGE, 2014).

Nesse sentido, atuando diretamente com os militantes e apoiadores do MNPR, o/a assistente social tem função essencial no processo de formação desse movimento, buscando proporcionar processos de formação política e crítica de seus integrantes a fim de conquistar gradualmente níveis de consciência de classe. O/a assistente social pode atuar, portanto, por meio de atividades educativas formadoras, dispondo de seus

aparatos teórico-metodológicos para explicar a realidade por meio da utilização do método dialético-crítico e de suas categorias de análise (CLOSS, 2015).

Essa possibilidade de atuação vincula-se à função pedagógica da dimensão interventiva do Serviço Social, que enquanto área do conhecimento e de trabalho interfere diretamente na produção e reprodução da classe trabalhadora (LUSA e MIZOGUCHI, 2018, no prelo). O exercício dessa função deve se orientar a partir do viés de uma sociabilidade produtora de resistências e de contraposição à ordem do capital (ABREU, 2010), pois a atuação do/a assistente social na formação política do MNPR de Porto Alegre pressupõe o desenvolvimento de uma pedagogia de resistência de perspectiva emancipatória das classes subalternas (LOPES et al, 2014). É preciso também destacar que o/a assistente social, ao atuar nesses processos de formação, contribui na produção e socialização de conhecimentos acerca do MNPR (CARDOSO e LOPES, 2009).

## *2. Atuação indireta:*

### *2.1 Socialização de informações e participação conjunta nas atividades do MNPR*

Uma das principais possibilidades de trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais se dá por meio do incentivo à participação dos usuários no movimento como forma de fortalecer sua autonomia e sua participação política. Esse incentivo ocorre através da socialização de informações sobre os movimentos como a divulgação de horário e local de encontro. Nas competências específicas dos assistentes sociais no âmbito da política de Assistência Social, há uma dimensão interventiva junto a movimentos que se dá na perspectiva da socialização da informação, mobilização indireta do assistente social com o MNPR de Porto Alegre é a participação conjunta com os usuários da instituição nas atividades organizadas pelo movimento. Essa possibilidade de trabalho vincula-se ao Código de Ética profissional que estabelece como um dos direitos do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 2012, p.34).

Nesse sentido, o/a assistente social tem como direito a participação no MNPR como parte constitutiva de seu trabalho. É preciso que, dentro de sua carga horária de trabalho, seja disponibilizado tempo para sua atuação junto a movimentos sociais. Além disso, a participação do assistente social nas atividades do MNPR é uma forma de aproximação do profissional e da instituição onde trabalha com o MNPR. É de extrema importância que haja articulação das instituições que atendem a população de rua do município com o movimento social que representa as demandas e interesses

coletivos dessa população, pois ambos buscam a efetivação dos direitos das pessoas que vivem nas ruas e, por isso, devem atuar como parceiros. Ademais, o acompanhamento do profissional nas atividades do MNPR visa ao incentivo da participação da população de rua no movimento. A socialização das informações pode não ser suficiente para que o usuário se sinta encorajado e motivado a participar do MNPR e, por isso, a atuação do/a assistente social por meio da participação conjunta com o usuário nas atividades do MNPR é importante para que se efetive a sua participação nesse movimento.

## *2.2 O MNPR no planejamento dos Planos de Acompanhamento Individuais e/ou Familiares junto à população de rua*

Um dos principais instrumentos de trabalho do/a assistente social que atua nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais, principalmente vinculados à política de assistência social, é o Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar. A principal função desse instrumento é organização da atuação interdisciplinar da equipe da instituição, delineando operacionalmente e metodologicamente as ações de todos os profissionais (BRASIL, 2011). O Plano deve ser elaborado de forma conjunta pelo usuário e pela equipe interdisciplinar que o atende, incluindo aí o assistente social, de forma a considerar as especificidades e particularidades do acompanhamento especializado de cada usuário. Além disso, esse instrumento objetiva “a construção de novos projetos de vida; a descoberta e a potencialização de recursos para o enfrentamento e a superação de situações adversas; o fortalecimento da coletividade e o incentivo à participação social” (BRASIL, 2011).

É com base nessa última questão, da coletividade e da participação social, que o MNPR se apresenta como um importante recurso a ser incluído na construção dos Planos, pois estes devem abarcar todos os recursos, as potencialidades dos sujeitos acompanhados e da rede de articulação disponível no território (BRASIL, 2011). Assim, o MNPR se coloca como uma possível estratégia para o fortalecimento dos vínculos comunitários dos usuários e deve ser incluído na construção dos Planos, a partir de uma avaliação do usuário acompanhado e da equipe.

Independente da forma de atuação, entende-se que trabalhar junto à população em situação de rua do município de Porto Alegre pressupõe atuar junto ao MNPR. Não é possível uma atuação profissional, alicerçada nos princípios do projeto ético-político profissional, que não dialogue com a coletividade e as lutas sociais que se efetivam a partir do principal movimento social organizado pela população de rua do município.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A abordagem do tema do trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais torna-se relevante à medida que incide no fortalecimento dos processos de organização e mobilização coletiva da população em situação de rua, como forma de resistir ao contexto de desigualdade e de violação de direitos presente na rua.

Retomar a vinculação da profissão com os movimentos sociais diz respeito à fortalecer o vigor do projeto ético-político do Serviço Social, logo, representa a retomada da relação histórica da profissão com as lutas sociais. Frente à conjuntura atual de acirramento da questão social, torna-se um desafio e uma necessidade o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais com vistas à construção de outra sociabilidade.

Além disso, para pensar o trabalho do/a assistente social com os movimentos sociais é preciso compreender que o seu trabalho não se faz apenas com base nas normas operacionais de execução dos serviços e equipamentos, mas, sem desconsiderar estas, deve avançar para abarcar o movimento do real, ou seja, os processos sociais que exprimem a materialidade da vida cotidiana e conferem concretude à realidade. O trabalho profissional não ocorre de forma isolada e também não se restringe aos espaços e determinações das instituições empregadoras. É a partir dessa compreensão que reside um dos significados concretos da autonomia relativa discutida e defendida pela profissão, a qual pode ser posta em movimento na articulação com as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora.

Ressalta-se que o conhecimento produzido nesse trabalho deve servir como instrumento de trabalho do/a assistente social, respaldando o trabalho profissional junto à população em situação de rua e junto a movimentos sociais. Além disso, é válido também destacar a importância da utilização da técnica de documentação fotográfica como instrumento de pesquisa, pois, por meio desta, foi possível uma maior aproximação com os militantes do MNPR de Porto Alegre, além da importante contribuição que os materiais produzidos na pesquisa trouxeram para esse movimento social. Nesse sentido, ressalta-se a importância do Serviço Social, enquanto área de conhecimento, buscar e se apropriar de novas técnicas e recursos de pesquisa de outras áreas, de forma a possibilitar a realização de um trabalho qualificado, que considere e dialogue com as especificidades dos sujeitos pesquisados.

Através da elaboração e da execução do projeto de pesquisa do trabalho de conclusão de curso foi possível concretizar a dimensão investigativa da profissão, a qual está presente em toda intervenção do/a assistente social. Contudo, como a realidade é composta por múltiplas determinações e o trabalho investigativo desta

pesquisa resulta em parcelas e recortes provisórios da realidade, é preciso ter uma atitude investigativa permanente, a fim de aproximar-se cada vez mais do concreto, da essência do real. Sendo assim, a pesquisa não deve ser uma ação pontual, mas, sim, contínua em todo o processo de formação e, posteriormente, no exercício profissional, dado que pesquisar e conhecer a realidade é também conhecer o próprio objeto de trabalho do Serviço Social.

## 6 REFERÊNCIAS

ABESS-CEDEPS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, O Serviço Social no Século XXI, n. 50, ano 17, p. 58-76, abr. 1996.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional Para A População em Situação de Rua**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão**. Brasília, DF, 07 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua**, Vol. 3. Brasília, 2011. 166 p.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS; Abepss, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social e Lei 8.662/93 de Regulamentação d a Profissão**. 10. ed. Brasília: Câmara Brasileira do Livro, 2012. 60 p. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. Cap. 5. p. 245-277.

- FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; MACIEL, Ana Lucia. **Requisições para o trabalho do Assistente Social**. Porto Alegre: Garturk, 2009.
- GURAN, Milton. **Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica**: notas e reflexões. XII Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, 2012, 116 p.
- IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.
- LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. Parte II, cap. 2. p. 195-214.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 108 p.
- MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar**. Cartilha para formação política. 2010. 40 p.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA et al. (orgs). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- SILVA, Tiago Lemões da. **De vidas infames à máquina de guerra**: etnografia de uma luta por direitos. 2017. 298 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.